

Sumário

Apresentação	9
---------------------------	----------

INTRODUÇÃO

Capítulo 1. O exercício da tributação como meio de financiamento do Estado e a formação do direito tributário como disciplina autônoma	24
1. Notas introdutórias: tributação e o financiamento estatal	25
2. Apanhado histórico: a formação do direito tributário como prática autônoma	35
3. A codificação do direito tributário	51
4. O direito tributário na Constituição da República de 1988	55
5. Notas finais: análise da tributação a partir das competências tributárias	57

PARTE I

O DIREITO TRIBUTÁRIO NA CONSTITUIÇÃO

Capítulo 2. Princípios que regem o direito tributário: certeza e justiça na tributação.....	62
1. Princípios constitucionais tributários na reforma tributária	67
1.1. Simplicidade, transparência e justiça tributária: explicitação de normas constitucionais já postas.....	68
1.2. Proteção ao meio ambiente e princípio da cooperação: reforço constitucional a paradigmas já postos	70
2. Princípios constitucionais tributários e a segurança jurídica na tributação: legalidade, anterioridade e irretroatividade.....	72
2.1. Princípio da legalidade no direito tributário.....	72
2.1.1. Criação e modificação de tributos: instrumento legislativo adequado.....	77

2.1.1.1. Criação e modificação de tributos via lei ordinária	78
2.1.1.2. Criação e modificação de tributos via lei complementar	82
2.1.2. Elementos do tributo e a exigência de lei	88
2.1.3. Alteração de alíquotas via Decreto: exceção à legalidade?	93
2.2. Princípio da anterioridade tributária.....	95
2.2.1. Exceções ao princípio da anterioridade: artigo 150, parágrafo 1º, da Constituição	98
2.2.1.1. Exceções absolutas ao princípio da anterioridade (artigo 150, inciso III, alíneas b e c)	99
2.2.1.2. Exceções à anterioridade do exercício seguinte (artigo 150, inciso III, alínea b)	100
2.2.1.3. Exceções à anterioridade de 90 dias (artigo 150, inciso III, alínea c)	101
2.2.2. Anterioridade na criação ou majoração de tributos por meio de medidas provisórias.....	101
2.2.3. Anterioridade e a revogação de isenções	103
2.3. Princípio da Irretroatividade	106
2.3.1. As leis expressamente interpretativas e o princípio da irretroatividade no direito tributário	108
2.3.2. Retroação da norma tributária mais benéfica ao sujeito passivo	113
3. A justiça via Sistema Tributário Nacional: princípios da isonomia, capacidade contributiva e não confisco	114
3.1. O princípio da isonomia em matéria tributária	115
3.1.1. Isonomia entre os entes da Federação: a proibição das isenções heterônomas, o princípio da uniformidade geográfica e temas correlatos	116
3.1.1.1. Isenções heterônomas	116
3.1.1.2. Uniformidade geográfica	121
3.1.1.3. Outras hipóteses: artigo 151, II, e artigo 152 da Constituição	122
3.1.2. Isonomia do ponto de vista dos contribuintes: não discriminação e tratamento tributário favorecido	123

3.1.2.1. Comando geral da isonomia: artigo 150, inciso II, da Constituição	123
3.1.2.2. Tratamento tributário favorecido às microempresas, às empresas de pequeno porte e aos atos cooperativos	124
3.1.2.3. Isonomia tributária e as conexões com a desigualdade de gênero e raça	127
3.1.2.3.1. Linhas gerais do debate	128
3.1.2.3.2. Reforma tributária e as desigualdades de gênero e raça: avanços e retrocessos na realização do princípio da isonomia	141
3.2. O princípio da capacidade contributiva	153
3.2.1. Técnicas de tributação e a realização da capacidade contributiva	158
3.2.1.1. Capacidade econômica <i>versus</i> capacidade contributiva	159
3.2.1.2. Extensão do princípio da capacidade contributiva: apenas impostos ou todos os tributos?	163
3.2.1.3. Limitações possíveis à capacidade contributiva: progressividade de alíquotas nos impostos reais	166
3.3. Instrumentos para a aferição da capacidade econômica: identificação do patrimônio, rendimentos e atividades econômicas do contribuinte	170
3.4. Princípio do não confisco	172
Esquemas – Princípios Constitucionais Tributários	175
1. Princípio da legalidade	175
2. Princípio da anterioridade geral	176
3. Princípio da anterioridade nonagesimal	176
4. Princípio da irretroatividade	177
5. Princípio da isonomia	178
6. Princípio da capacidade contributiva	179
7. Princípio do não confisco	179

Capítulo 3. Competência tributária: distribuição do poder de tributar e imunidades.....	180
1. Delimitação negativa da competência tributária: imunidades....	183
1.1. Imunidades: delineamentos de uma concepção	183
1.2. Imunidades aplicáveis aos impostos: artigo 150, inciso VI, da Constituição.....	186
1.2.1. Imunidade recíproca	187
1.2.1.1. Extensão material da imunidade recíproca ...	188
1.2.1.2. Extensão subjetiva da imunidade recíproca ...	190
1.2.2. Imunidade dos templos de qualquer culto.....	195
1.2.3. Imunidade dos partidos políticos, entidades sindicais dos trabalhadores, entidades de educação e de assistência social, sem fins lucrativos.....	199
1.2.4. Imunidade dos livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão	206
1.3. Imunidade dos fonogramas e videofonogramas musicais ...	210
1.4. Outras hipóteses de imunidades	211
2. Delimitação positiva da competência tributária: Poder de tributar	213
2.1. Competência tributária positiva, capacidade tributária ativa e competência legislativa	213
2.1.1. Competência tributária positiva.....	213
2.1.2. Capacidade tributária ativa.....	222
2.1.3. Competência legislativa	223
2.2. A repartição da competência tributária e as modalidades de competência	224
2.3. Competência tributária, conceitos de direito privado e interpretação	228
2.4. Notas finais: competência tributária e justiça distributiva	234
Esquemas – Competência Tributária.....	235
1. Imunidades.....	236
1.1. Imunidade recíproca.....	236
1.2. Imunidade dos templos	237

1.3. Imunidade dos partidos políticos, entidades sindicais dos trabalhadores e das entidades de educação e de assistência social sem fins lucrativos.....	237
1.4. Imunidade dos livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão	238
1.5. Imunidade dos fonogramas e videofonogramas musicais...	238
2. Poder de tributar	239
Capítulo 4. O papel da lei complementar no direito tributário e as fontes do direito tributário.....	242
1. Lei complementar em matéria tributária	243
1.1. Papel da lei complementar: artigo 146 da Constituição.....	243
1.2. Normas gerais de direito tributário como reflexo do anseio pela codificação.....	246
1.3. Normas gerais em matéria tributária, leis complementares e o debate sobre a hierarquia	249
1.4. Ausência de normas gerais e o exercício da competência tributária.....	253
2. Fontes do direito tributário	256
2.1. Fontes formais e fontes materiais	256
2.2. Instrumentos primários de introdução de normas jurídicas ..	258
2.3. Instrumentos secundários de introdução de normas jurídicas.....	262
2.4. O conceito de legislação tributária para o Código Tributário Nacional	263
Esquemas – Fontes do Direito.....	264

PARTE II

O DIREITO TRIBUTÁRIO NO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL

Capítulo 5. Código Tributário Nacional, conceito de tributo e espécies tributárias	266
1. Notas introdutórias: papel e origens do Código Tributário Nacional	267
2. Conceito de tributo e espécies tributárias: incursões históricas....	269
3. O conceito de tributo segundo o artigo 3º do Código Tributário Nacional	273

3.1. Tributo é dever patrimonial exigido de forma impositiva e mediante lei.....	274
3.2. Tributo não pode ser sanção por ato ilícito	274
3.3. Tributo deve ser cobrado por atividade administrativa plenamente vinculada	278
4. As espécies tributárias.....	279
4.1. Quantas espécies tributárias há?	280
4.2. Análise do artigo 4º, inciso II do CTN e a relevância da destinação.....	285
4.2.1. Destinação como especificação da finalidade ou destinação normativa.....	286
4.2.2. Destinação financeira e destinação fática.....	289
4.2.3. Conclusões preliminares: interpretação possível do artigo 4º, inciso II do CTN	292
4.3. Destinação como critério relevante: quatro espécies tributárias no texto constitucional.....	293
5. Espécies tributárias: detalhamento	294
5.1. Impostos.....	294
5.2. Taxas.....	296
5.2.1. Taxa pela utilização, efetiva ou potencial, de serviço público	298
5.2.1.1. Taxa do lixo: debates e controvérsias.....	300
5.2.1.2. Taxas de serviço público e preços públicos...	302
5.2.2. Taxas de polícia	305
5.3. Empréstimos compulsórios	307
5.4. Contribuições	309
5.4.1. Contribuições de melhoria	309
5.4.2. Contribuições gerais	312
5.4.2.1. Contribuições da União: sociais, de intervenção no domínio econômico e no interesse de categorias profissionais e econômicas	313
5.4.2.1.1. Detalhamento das CIDEs: referibilidade como requisito para a validade das contribuições	321

5.4.2.1.2.	Detalhamento das CIDEs: intervenção positiva e negativa?	325
5.4.2.2.	Contribuições dos estados, Distrito Federal e municípios: financiamento da Previdência e COSIP	326
	Esquemas – Conceito de tributo e espécies tributárias	328
Capítulo 6.	Vigência, aplicação e interpretação das normas tributárias.....	330
1.	Vigência da legislação tributária	331
2.	Aplicação da legislação tributária.....	335
3.	Interpretação da legislação tributária	336
3.1.	Interpretação como ato de construção de sentido	337
3.2.	Interpretação e integração no Código Tributário Nacional: artigos 107 a 112.....	347
3.2.1.	Artigo 108 do CTN: integração da legislação tributária.....	349
3.2.1.1.	Analogia.....	350
3.2.1.2.	Equidade.....	352
3.2.2.	Artigos 109 e 110 do CTN: direito privado e direito tributário.....	353
3.2.3.	Artigo 111 do CTN: interpretação literal	359
3.2.4.	Artigo 112 do CTN: <i>in dubio pro reo</i>	362
Capítulo 7.	A relação jurídica tributária: aspectos gerais	366
1.	O objeto da relação jurídica tributária: a obrigação tributária no CTN.....	368
2.	A regra-matriz de incidência tributária: instrumento de análise das normas tributárias	373
3.	Formalização do fato jurídico tributário em linguagem competente e a constituição da relação jurídica tributária	378
Capítulo 8.	Antecedente da regra-matriz de incidência tributária: o fato jurídico tributário	382
1.	Critério material no CTN: o fato gerador da obrigação tributária.	384
2.	Momento da ocorrência do fato gerador: o critério temporal no CTN.....	387

Capítulo 9. Consequente da regra-matriz de incidência tributária: a relação jurídica tributária	396
1. Critério pessoal da regra-matriz de incidência tributária: sujeição passiva e sujeição ativa	398
1.1. Sujeito ativo da relação jurídica tributária	398
1.2. Sujeito passivo da relação jurídica tributária.....	400
1.2.1. Sujeito passivo da obrigação tributária acessória	401
1.2.2. Sujeito passivo da obrigação tributária principal.....	402
1.2.2.1. Aspectos gerais: arts. 123 a 127 do CTN.....	403
1.2.2.2. Responsabilidade tributária.....	407
1.2.2.2.1. Definição de responsável tributário: artigo 128, CTN	407
1.2.2.2.2. Modalidades de responsabilidade tributária no CTN.....	413
1.2.2.2.2.1. Responsabilidade de sucessores	415
1.2.2.2.2.1.1. Responsabilidade pela aquisição de imóveis: artigo 130, CTN.....	416
1.2.2.2.2.1.2. Responsabilidade pela aquisição de bens e na sucessão hereditária: artigo 131, CTN	417
1.2.2.2.2.1.3. Responsabilidade na prática de operações societárias e aquisição de estabelecimentos e/ou fundo de comércio: artigos 132 e 133, CTN	418
1.2.2.2.2.2. Responsabilidade de terceiros	424
1.2.2.2.2.2.1. Responsabilidade de terceiros por culpa: artigo 134, CTN	425
1.2.2.2.2.2.2. Responsabilidade de terceiros por ato ilícito, fraude e dolo: artigo 135, CTN.....	428
1.2.2.2.2.2.3. Responsabilidade de sócios por débitos de pessoas jurídicas: entre o artigo 134 e o artigo 135, CTN	429

1.2.2.2.2.4.	O Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica e a responsabilidade tributária de sócios.....	439
1.2.2.2.2.3.	Responsabilidade por infrações.....	443
1.2.2.2.2.3.1.	Responsabilidade subjetiva e pessoal: artigos 136 e 137, CTN.....	444
1.2.2.2.2.3.2.	Denúncia espontânea da infração: artigo 138, CTN	449
1.2.2.2.2.3.2.1.	Denúncia espontânea e as obrigações acessórias.....	451
1.2.2.2.2.3.2.2.	Denúncia espontânea e as obrigações principais: a figura do parcelamento e os tributos lançados por homologação	452
2.	Critério quantitativo da regra-matriz de incidência tributária: base de cálculo e alíquota	460
	Esquemas – Sujeição passiva no direito tributário	462
1.	Responsabilidade de sucessores.....	463
2.	Responsabilidade de terceiros.....	465
3.	Responsabilidade por infrações	467
	Capítulo 10. Constituição da relação jurídica tributária	468
1.	Surgimento da relação jurídica tributária: declaração do fato jurídico tributário em linguagem competente	470
2.	Crédito tributário e lançamento: definição e disciplina no Código Tributário Nacional.....	471
2.1.	Crédito tributário: disposições gerais.....	472
2.2.	Crédito tributário: constituição	473
2.2.1.	Definição e aspectos gerais do lançamento tributário	474
2.2.1.1.	Definição de lançamento tributário: artigo 142, CTN	474
2.2.1.2.	Regras para a realização e modificação posterior do lançamento tributário: artigos 143 a 146 e artigo 148 do CTN.....	476

2.2.2. Modalidades de lançamento tributário	480
2.2.2.1. Lançamento por declaração: artigo 147 do CTN	480
2.2.2.2. Lançamento de ofício: artigo 149 do CTN.....	481
2.2.2.3. Lançamento por homologação: artigo 150 do CTN.....	484
2.2.2.3.1. Aspectos gerais	484
2.2.2.3.2. Debates em torno do lançamento por homologação.....	486
Esquemas – Constituição da relação jurídica tributária	491
1. Modalidades de lançamento	492
2. Lançamento por declaração	492
3. Lançamento de ofício.....	493
4. Lançamento por homologação	494
Capítulo 11. Modificações à relação jurídica tributária: suspensão da exigibilidade, exclusão e extinção	496
1. Suspensão da exigibilidade da relação jurídica tributária: artigo 151, CTN.....	498
1.1. Efeitos da suspensão da exigibilidade	498
1.2. Suspensão da exigibilidade e os prazos de decadência e prescrição	500
1.3. Hipóteses de suspensão da exigibilidade.....	502
1.3.1. Moratória.....	502
1.3.2. Depósito integral.....	505
1.3.3. Reclamações e os recursos administrativos.....	511
1.3.4. Concessão de tutelas provisórias: medidas liminares e tutela antecipada	512
1.3.5. Parcelamento	513
2. Extinção da relação jurídica tributária: artigo 156, CTN	515
2.1. Pagamento e suas modalidades	515
2.1.1. Pagamento	516
2.1.1.1. Objeto, tempo, lugar e forma do pagamento	516
2.1.1.2. Pagamento indevido e condições para restituição	519

2.1.1.2.1.	Aspectos gerais	519
2.1.1.2.2.	Restituição de tributos indiretos	520
2.1.1.2.3.	Prazo para a restituição de tributos	524
2.1.2.	Conversão do depósito em renda	531
2.1.3.	Pagamento antecipado e a homologação do lançamento	532
2.1.4.	Consignação em pagamento	533
2.1.5.	Dação em pagamento de bens imóveis	534
2.2.	Compensação	534
2.3.	Transação	537
2.4.	Remissão	540
2.5.	Decadência	541
2.6.	Prescrição	547
2.6.1.	Constituição da relação jurídica tributária pela via do lançamento: <i>dies a quo</i> da prescrição	548
2.6.2.	Constituição da relação jurídica tributária pelo sujeito passivo e o <i>dies a quo</i> da prescrição	550
2.6.3.	Causas de interrupção da prescrição	553
2.7.	Decisão administrativa irreformável	556
2.8.	Decisão judicial passada em julgado	558
3.	Exclusão da relação jurídica tributária	560
3.1.	Isenção	561
3.2.	Anistia	565
Esquemas – Hipóteses de modificações da relação jurídica tributária		567
1.	Decadência	568
2.	Prescrição	569
Capítulo 12. Garantias e privilégios do crédito tributário		570
1.	Garantias do crédito tributário	572
2.	Privilégios do crédito tributário	579

Capítulo 13. Administração tributária: fiscalização e dívida ativa	584
1. Fiscalização	585
1.1. Objeto, limites e garantias da fiscalização	587
1.2. Sigilo fiscal e compartilhamento de informações	589
1.3. Ainda os limites do sigilo fiscal	597
2. Dívida Ativa	598
3. Certidões Negativas	602
Referências bibliográficas	604